



Anais da Assembléia

Nº 057

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado João Arruda e pela Senhora Deputada Emília Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Arlindo Troian e Élio Rusch (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO

Sob o nº 484/91, do Senhor LUIZ CHEMIM GUIMARAES, Procurador Geral de Justiça, encaminhando mensagem de anteprojeto de lei que versa sobre a constituição do egrégio Conselho Superior do Ministério Público, acompanhada da respectiva exposi-

ção de motivos, para exame desta Casa de Leis. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação em escrutínio secreto do Projeto de Resolução nº 16/91, conforme o disposto no artigo 180 combinado com os artigos 241, 242, 73 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com fundamento no art. 79 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, REQUER, se digne Vossa Excelência, designar, excepcionalmente, a realização de Sessão Extraordinária, para que o parlamento paranaense manifeste sua solidariedade ao órgão da imprensa nacional "Folha de São Paulo", ante o processo que lhe move o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, bem como convidar os diretores do referido jornal para participarem da referida sessão.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) NILTON CÉSAR SERVO

Apoiamento: Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Heinz Herwig, Hermas Brandão, João Preis, João Iensen, Colombino Grassano, José Artur Ritti, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Doutor Rosinha, José Afonso Júnior, Emília Belinati, Severino Félix, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Geraldo Cartário, Eurides Moura, Ovídio Constantino, Antônio Annibelli, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O processo que envolve o Presidente da República e diretor e jornalistas da "Folha de São Paulo", com base na Lei de Imprensa, esboça para as instituições democráticas, um grave perigo e representa um precedente com o qual não se compadece o tempo em que vivemos. No regime democrático, quando a imprensa não vive, a Constituição não sobrevive. Quando se busca a harmonia nacional um processo dessa natureza soa mal.

Não se pode suprimir a franquia da imprensa livre, para afirmar a inviolabilidade do Poder Executivo.

Tudo isso é reminiscência de outros tempos, quando as Constituições estavam comprometidas com os donos do poder. Sabemos que as obliquidades desfiguradoras da democracia não escaparão ao crivo do Poder Judiciário, mas nosso apelo é que tudo isso volte ao leito desse grande rio de normas liberais e democráticas em que se transformou o Brasil.

REQUERIMENTO N° 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VALDINO VITELIO RECH, ocorrido dia 14.05.91.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 65 anos faleceu no último dia 14.05 o Senhor VALDINO VITELIO RECH, que era membro de tradicional família de SANTA ISABEL DO IVAÍ.

O extinto deixa viúva Dona ERMIDA, 03 filhos e 08 netos.

O passamento de Valdino Rech veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo VALDINO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família RECH, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao Senhor Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança, pela "Operação Solidariedade", dado início na fronteira com o Paraguai, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O 1° dia da Operação Fronteira da Solidariedade, resultou na fiscalização de mais de 700 (setecentos) veículos e nada menos que 5.000 (cinco mil) pessoas, inclusive com retenção de veículo roubado que tentava transpor a barreira. A operação reúne 500 homens das polícias Militar, Civil do Estado e Federal.

REQUERIMENTO N° 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa, o envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná, no sentido de que envide esforços com vistas a incluir no projeto de prioridades deste ano a execução do tratamento d'água na cidade de Morretes.

REQUER outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor SERASTIAO CAVAGNOLLI, Digníssimo Prefeito Municipal; bem como ao Excelentíssimo Senhor DEJAIR MIRANDA, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O perímetro urbano do Município de Morretes, congrega de acordo estatística última realizada pelo órgão competente, população estimada de dez (10) mil habitantes. Possui aproximadamente seiscentas (600) casas residenciais e cento e vinte (120) estabelecimentos comerciais.

Assim sendo, não se justifica que o município de Morretes não tenha ainda sido agraciado por tão importante benefício, o que, com certeza, sua comunidade merece.

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de Expediente ao Senhor ROBERTO REQUIÃO e ao Senhor HERON ARZUA, visando adoção de medidas que possibilitem a superação dos problemas provocados pelo fechamento de nove (9) agências de renda na Região Sudoeste do Estado, situação esta que está acarretando prejuízos ao Estado e aos municípios.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é no sentido de reforçar reivindicação dos Prefeitos do Sudoeste do Estado, formulada através da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná AMSOP, visando a viabilização, com a maior urgência possível, de medidas que possibilitem a superação dos problemas provocados pelo fechamento de nove (9)

agências de renda na região.

A proposta que ora encampamos é no sentido de fazer com que as Prefeituras Municipais assumam a tarefa de fiscalização até pouco tempo atrás exercida pelas agências de renda, pois, segundo fontes do próprio governo do Estado, a reabertura das agências é tecnicamente impossível, mas politicamente, discutível. Para tanto seria necessária a implantação de uma estrutura mínima que seria de responsabilidade dos municípios, inclusive com a concessão do Poder de Polícia aos governos municipais, sempre respeitando as normas da Secretaria de Estado das Finanças.

A medida acima enunciada é extremamente importante, na medida em que a comercialização de vários produtos vem sendo realizada sem a cobertura da documentação legal, perdendo com isto o Estado e o Município que deixam de recolher o imposto devido, configurando-se até mesmo a indesejável evasão de divisas para outros Estados.

Assim sendo, por ter a decisão do Governo acarretado problemas de ordem financeira e política, e por ser sua ratificação importante passo no sentido de haver consonância entre a política governamental de aumento da arrecadação e seus atos, finalizamos certos do apoio dos nobres colegas e da devida atenção do Senhor Governador do Estado.

REQUERIMENTO N° 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, para que este gestione junto ao Ministério da Educação no sentido de alterar a Lei que regulamenta a profissão de Economista Doméstico.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é reforçar reivindicação dos Prefeitos do Sudoeste Paranaense, formulado através da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - AMSOP, através da qual pretende-se a correção de flagrante injustiça.

A Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (PR), através da AMSOP, encaminhou ao Ministério da Educação, ofício solicitando que seja alterada a lei que regulamenta a profissão de Economista Doméstico, para que seja corrigida uma injustiça.

Ocorre que a lei que regulamenta a profissão acima citada assegura o direito do Economista Doméstico de lecionar a matéria Economia Doméstica, inexistente nas grades curriculares. Isto significa dizer

que os economistas domésticos, em número de trezentos e sessenta e seis (366) - formados pela FACIBEL -, a maioria deles em salas de aula, não podem inscrever-se em concursos públicos abertos pelo Estado.

O que se reivindica nesta questão é que o Ministério da Educação inclua na lei o direito dos Economistas Domésticos de lecionarem matérias constantes de seus currículos escolares, ou seja, Educação Artística, Ciências, Programa de Saúde, e uma outra matéria que o Ministério deverá incluir nas grades curriculares: Educação ao Consumidor.

Assim sendo, por ser justa a reivindicação, estamos certos de que este requerimento receberá o devido apoio.

REQUERIMENTO N° 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Expediente ao Senhor CARLOS CHIARELLI, visando a alteração da Lei que regulamenta a profissão de Economista Doméstico.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é reforçar reivindicação dos Prefeitos do Sudoeste Paranaense, formulado através da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - AMSOP, através da qual pretende-se a correção de flagrante injustiça.

A Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (PR), através da AMSOP, encaminhou ao Ministério da Educação, ofício solicitando que seja alterada a lei que regulamenta a profissão de Economista Doméstico, para que seja corrigida uma injustiça.

Ocorre que a lei que regulamenta a profissão acima citada assegura o direito do Economista Doméstico de lecionar a matéria Economia Doméstica, inexistente nas grades curriculares. Isto significa dizer que os economistas domésticos, em número de trezentos e sessenta e seis (366) - formados pela FACIBEL -, a maioria deles em salas de aula, não podem inscrever-se em concursos públicos abertos pelo Estado.

O que se reivindica nesta questão é que o Ministério da Educação inclua na lei o direito dos Economistas Domésticos de lecionarem matérias constantes de seus currículos escolares, ou seja, Educação Artística, Ciências, Programa de Saúde, e uma outra matéria que o Ministério deverá incluir nas grades curriculares: Educação ao Consumidor.

Assim sendo, por ser justa a reivindicação, estamos certos de que este requerimento receberá o devido apoio.

REQUERIMENTO N° 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial para Política Habitacional, com a finalidade do respaldo financeiro para o Programa de desfavelamento na municipalidade de IRATI.

Em que pese o inegável alcance social dos projetos habitacionais, especialmente os mutirões, existe ainda uma faixa tão carente da população que, devido a extrema dificuldade, sequer se encaixa de alguma forma nos planos atualmente em vigor. A constatação é feita por técnicos da Prefeitura de IRATI, posteriormente ao levantamento realizado nas diversas famílias do Município, cuja conclusão de maior destaque é a total impossibilidade de que os mesmos possam assumir qualquer compromisso com prestações, pelo subemprego, a sazonalidade no mercado de trabalho, ou aposentadoria reconhecidamente irrisória.

Assim sendo, consubstanciado na iniciativa da Secretaria Municipal de Habitação, através do Senhor Luiz Carlos Ramos, é vital atender o mencionado setor, no desfavelamento que constituirá basicamente na construção de cento e cinquenta casas de madeira, não incluída parte elétrica, hidráulica e sanitária. O custo de cada unidade não ultrapassa Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) e certamente porá fim às condições nada dignas de uma preponderante parcela da comunidade, problema esse que as autoridades constituídas não podem mais ficar indiferentes.

Em razão dos motivos aqui apresentados, que essa Pasta examine com urgência a possibilidade de dar respaldo à realização do aludido Programa, cabendo destacar o empenho a ser feito pelo Poder Público local, mas que não terá condições de realizá-lo sozinho.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a destinação de equipamentos, conforme especifica, para os postos de saúde de Rio d'Areia e Florestal, localidades pertencentes ao município de TEIXEIRA SOARES.

Diante da reconhecida situação orçamentária por que passam as administrações públicas municipais, tem se tornado cada vez mais difícil governar as cidades, para

corresponder a todas as inadiáveis necessidades.

Em TEIXEIRA SOARES não poderia ser diferente, em que pese os elevados esforços na aplicação correta do dinheiro público, em muitos aspectos somente com a ajuda do Governo Estadual e da União é que será possível levar adiante uma série de projetos, dentre eles a saúde como meta prioritária.

Neste sentido, conforme a iniciativa do Senhor Prefeito João Inácio Roos, associamo-nos à solicitação para adquirir equipamentos aos mencionados mini-postos, conforme a relação em apenso, para qual espera-se a especial atenção por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade de urgenciar a liberação de recursos para o prosseguimento das obras na Regional de Saúde sediada na municipalidade de IRATI.

Consubstanciado no apelo do Prefeito, o Senhor Alfredo Van Der Neut, as obras de ampliação da quarta Regional de Saúde, com a construção do Bloco "L", se encontram praticamente paralisadas, tendo em vista o não repasse de recursos financeiros previstos no convênio entre essa Pasta, através da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, e aquele Poder Público.

Neste sentido, a fim de que sejam evitados maiores transtornos, aguarda-se a adoção de medidas cabíveis que se fizerem necessárias e com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Padre Maibuk, localizado na municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

A prática da educação física como disciplina tem sido extremamente inviabilizada, em que nem sempre as improvisações as-

seguram a sua efetiva aplicação, em prejuízo ao conjunto do estudantado, que há muito anseia, tal como os professores, pela construção de um local apropriado para o desenvolvimento esportivo.

Neste sentido, atendendo ao apelo do nobre Vereador Luiz Vascoski, espera-se a concretização do que alude a presente proposta.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, naquele Município.

Sala das Sessões, 22.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento geral, o município de Guarapuava, no Centro Oeste paranaense, já implantou os Centros Integrados de Atendimento - CIAs, que vêm prestando excelente atendimento à população carente da periferia, em vários setores, especialmente no setor de saúde.

Assim, ao tomarmos conhecimento do lançamento dos CIAs - Centros de Integração de Atendimento à Criança, dentro do Programa "Minha Gente", abrangendo a policultura, as creches, a saúde e o ensino, tendo sido destinadas ao nosso Estado 300 (trezentas) dessas unidades, e tendo em vista a complementação do atendimento, em especial no campo da educação, é que vimos através do presente, solicitar especial atenção, no sentido de que sejam construídas unidades dos mencionados centros recém lançados pelo Ministério da Saúde, no Município de Guarapuava.

Dessa forma, aproveitamos esta oportunidade, para parabenizar o Senhor Ministro Alcení Guerra e o Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, por essa iniciativa corajosa, que certamente será um marco na história do nosso País.

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de solicitar a criação da Comarca de Cantagalo, desmembrada da comarca de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Cantagalo, desmembrada da Comarca de Guarapuava é antigo e justo anseio daquela comunidade.

Neste sentido, o Senhor Prefeito Municipal encaminhou ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Dossiê completo com o perfil do Município, embasado no art. 203 e incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado.

Tal reivindicação conta com o integral apoio das Lideranças Comunitárias e Políticas da Região, bem como dos Magistrados e Membros do Ministério Público que atuam na Comarca de Guarapuava.

É dispensável qualquer comentário a respeito da importância Sócio-Econômica da Região, assim como sua história e tradição.

Note-se que Guarapuava é o maior Município em extensão no Paraná, sendo sua Comarca, da mesma forma, de grandes distâncias entre os Distritos que abrange, com um volume de serviços forenses altamente significativo, o que sacrifica, sobremaneira, a população com constantes deslocamentos à Sede da Comarca.

Saliente-se que mesmo com a recente criação da Comarca de Pinhão, Guarapuava permanece como a mais extensa e populosa Comarca do Estado do Paraná, com número de Jurisdicionados que se eleva a mais de 200 mil pessoas.

Mesmo que, o número de Varas e serventias na comarca de Guarapuava seja ampliado; o que se faz necessário e imperioso; a prestação Jurisdicional permanecerá deficiente e impraticável, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento demográfico e das múltiplas Relações Sociais dos Núcleos dos Municípios adjacentes que compoem aquela Comarca.

O Município de Cantagalo reúne todos os requisitos exigidos para a Criação e Instalação da Comarca, previstos no Art. 203 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Criado pela Lei Estadual n° 7575, de 12.05.82, foi instalado em 1°.03.83, como exigência da intensa atividade agropastoril e Industrial praticada e de sua alta rentabilidade.

O Município conta com 36.000 habitantes maiores de 18 anos; compõe a 44.ª Zona Eleitoral com 11.935 eleitores, conforme dados fornecidos pelo Cartório Eleitoral.

Ocupando uma área produtiva de 1.800 Km², a Sede do Município fica a 78 Km da Sede da Comarca, e alguns Distritos Judiciários, como Marquinho, dista há 200 Km da mesma sede.

Assim sendo, e contando com o compromisso do Executivo Municipal, de construção das residências para Juiz e Promotor,

bem como local adequado para construção do Fórum, é perfeitamente claro que o Município preenche os requisitos para criação e instalação urgente da Comarca, por ser conveniente e oportuno, não apenas por apresentar condições legais e físicas, pela distância da sede, mas também, pelo acúmulo de serviços da Comarca de Guaraqueçaba.

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a anuência do Soberano Plenário, REQUER À MESA, o envio de correspondência oficial desta Casa aos titulares das respectivas Pastas sumuladas, para o fim da inclusão prioritária no Programa Viário do Estado, da Construção de noventa e oito (98) quilômetros de asfalto ligando Guaraqueçaba às demais rodovias asfaltadas no Paraná.

Que do presente se dê ciência também aos Chefes do Executivo e Legislativo do Município nominado.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

GUARAQUEÇABA, pujante Município, com uma população laboriosa e simpática que têm à sua disposição o deleite de um dos mais belos recantos geográficos do nosso Litoral, possuindo diversas ilhas de raríssima beleza, tendo também maravilhas construídas pelas mãos do homem, como exemplo citamos entre tantos, o conjunto arquitetônico do século XIX, a "Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões", que, infelizmente poucas pessoas conhecem, haja vista o difícil acesso, vez não possuir rodovia asfaltada ligando o município ao resto da malha viária do Estado, sem mencionarmos a vastíssima Mata Atlântica, presente de Deus que a cerca.

Sua economia está calcada basicamente na pesca, sendo um dos maiores centros pesqueiros do Litoral paranaense, tendo iniciado um trabalho pioneiro de industrialização caseira de seus produtos, elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, através da EMATER. Guaraqueçaba é o maior produtor de banana do Litoral.

Diante do exposto, Requeiro à ligação asfáltica pretendida, por ser uma justíssima reivindicação, que vem de encontro aos anseios desenvolvimentistas daquele emergente Município e, conseqüentemente, gerará bens e serviços ao Estado.

REQUERIMENTO N° 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando o equipamento da Delegacia Policial existente na Municipalidade de RIO AZUL.

Trata-se de cessão de móveis e equipamentos, tanto para a Delegacia, bem como para o alojamento, indispensáveis ao funcionamento, conforme especificação em anexo e atendendo ao pedido do Senhor Prefeito Mário Pietroski.

Considerando o respaldo financeiro dado pelo Poder Público quando da edificação das mencionadas instalações, espera-se o imprescindível apoio por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, no sentido da construção de duas salas de aula na Escola Estadual Professor Fernando Moreira, localizada no Distrito Administrativo de Dorizon, pertencente à Municipalidade de Mallet.

A cada ano letivo, se avolumam os problemas no mencionado estabelecimento de ensino, com a oferta de vagas sempre reduzida, ante a uma parcela de pessoas que querem e precisam estudar, cada vez maior. Diante da impossibilidade de fazê-lo e não dispondo de condições suficientes, ficam a mercê, fora dos bancos escolares.

Urge, com a maior brevidade possível, resolver essa delicada questão, priorizando a edificação de duas salas de aula, de conformidade com a solicitação unânime do Poder Legislativo de Mallet.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a finalidade da liberação de recursos visando a viabilização da Feira dos Hortifrutigranjeiros, na Municipalidade de IRATI.

Segundo o Poder Público Municipal, através do Senhor Prefeito Alfredo Van Der Neut, trata-se de dar um suporte a altura ao mencionado evento, que vem ocorrendo de

modo improvisado, ou seja, instalado em precárias barracas montadas ao longo da via urbana. Deste modo, se faz necessário o respaldo financeiro dessa Pasta, com a liberação de Cr\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil cruzeiros), a fim de que a Feira de Hortifrutigranjeiros venha a corresponder às reais necessidades da população.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esportes, com o intuito da destinação de materiais esportivos para a Municipalidade de Mallet.

Em que pese os elevados investimentos realizados no setor, se faz necessário uma maior atenção à prática do desporto, dando condições para que ela ocorra em todos os níveis, tanto como recreação quanto no âmbito das competições. Para tanto, torna-se imprescindível o respaldo técnico-financeiro por parte dessa Pasta, conforme a iniciativa conjunta da Câmara de Vereadores que faz tal apelo.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um posicionamento favorável com relação ao que alude o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1163

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário e com fulcro nas considerações no pronunciamento anexo, o envio ao Senhor Secretário da Administração do Estado, do seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Quando foi realizada a licitação para contratação de empresa para reforma do Teatro Treze de Maio?

II - Encaminhar o edital de licitação, relatório da comissão; com cópias das propostas de todas as empresas participantes e conclusões.

III - Quais os critérios observados para julgamento da proposta vencedora?

IV - Encaminhar cópia do contrato assinado, constando os valores a serem pagos e prazos para realização da obra.

V - Quais os valores pagos à empresa contratada?

VI - Quem integrou a referida comissão de licitação?

VII - Por qual razão o contrato foi rescindido? Quando?

VIII - Encaminhar cópia da ação encaminhada à Justiça, para rescisão contratual.

IX - Houve devolução dos valores pagos pelo Estado à empresa vencedora? Quando? Quais os valores?

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1164

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário e com fulcro nas considerações no pronunciamento anexo, o envio a Senhora Secretária de Estado da Cultura, do seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Enviar todos os documentos referentes à reformar do chamado Teatro da Classe, inclusive, atas de reuniões da Comissão Estadual de Artes Cênicas, para discutir a denominação do teatro (quesito não respondido no pedido de informações anterior).

II - Quem integrou a comissão técnica designada para acompanhar as obras de reforma do Teatro da Classe, que decidiu pela incapacidade técnica por parte da empresa Acrópolis?

III - Encaminhar cópia dos relatórios de tal comissão e do "Parecer Técnico".

IV - Encaminhar cópia dos documentos que indicam a intenção do ex-Governador do Estado de constituir comissão de licitação composta por técnicos da SECE e pela Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário registro nos Anais da Casa do Conselho Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade "Administração do Paraná" eleita e empossada nesta data.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho dos cenecistas paranaenses é, indiscutivelmente, valioso. Atende, não apenas o campo informativo. É bem mais vasto. Incursiona no espaço da convocação.

Esclarece. Proclama.

Principalmente, clama para a importância de medida que venha a assegurar o futuro da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 029/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica a Comissão Executiva autorizada a compor a estrutura dos gabinetes dos Parlamentares que assumirem na condição de suplente, durante o exercício do mandato.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação surtindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 1991.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) JOÃO IENSEN.

Apoiamento: Domingos Carvalho, Toti Colaço, Heinz Herwig, Nelson Justus, Rossoni, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Algaci Túlio, Albino Corazza, Luiz Carlos Martins, Dirceu Manfrinato, Orlando Pessuti, Renato Adur, Cleiton Kielse, Severino Félix, Basílio Zanusso, Eurides Moura, Rafael Greca de Macedo, Edson Silva Lino, Hermas Brandão, Erondy Silvério, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, José Afonso Júnior, João Preis, Dobradinho da Silva, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Antônio Annibelli, Emília Belinati, Dalton Machuca e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Esta Legislatura vem apresentando uma situação atípica em relação ao elevado número de suplentes convocados, em razão de licença dos titulares em virtude de diversos motivos.

A presente Resolução visa sanar as dificuldades, por estes encontradas, em compor a estrutura do Gabinete, bem como a equipe de trabalho.

Contamos com o devido apoio dos Senhores Deputados na aprovação da presente proposição.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 194/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

O INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA

EXCEPCIONALIDADE, associação de pais de excepcionais da área mental, sem fins lucrativos, foi fundado em 25 de maio de 1988.

O objetivo principal de seus fundadores, além dos demais constantes de seu Estatuto, era o de manter um centro de atendimento especializado aos portadores de deficiência mental que pela complexidade de seus quadros clínicos, não eram aceitos pelas demais instituições existentes em Curitiba que se dedicam ao atendimento do excepcional.

Com o encerramento das atividades da escola Terapêutica de Curitiba, que atendia essa clientela, surgiu a necessidade imperiosa de se criar um centro especializado nos mesmos moldes, a fim de não se perder um trabalho de mais de dez anos que vinha sendo desenvolvido pela equipe técnica daquela Escola, detentora de expressivo "know how" nesse campo de atividade.

Iniciando suas atividades, em maio de 1988, com a mesma equipe técnica da Escola Terapêutica, o Centro de Atendimento Especializado Fênix, mantido pelo Instituto, sem qualquer ajuda oficial, vem prestando atendimento às crianças, adolescentes e adultos portadores de quadros autistas, psicóticos e neuróticos, bem como quadros neurológicos associados a distúrbios de estrutura psíquica além de deficiências múltiplas e sindrômicas, nas quais é preponderante o fator emocional dentro do quadro clínico.

Decorridos três anos de sua fundação o IEPE conta já com quarenta pacientes em atendimento permanente por parte de sua equipe técnica, nos dois turnos de funcionamento do Centro.

Não dispondo de recursos financeiros para atender a uma demanda sempre crescente da clientela, o IEPE necessita do seu reconhecimento como entidade de utilidade pública para que possa firmar convênios com órgãos públicos e fundações nacionais e estrangeiras, a fim de ampliar as suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

(Lê):

"As vésperas das últimas eleições, o Governador Álvaro Dias foi à televisão, em anúncio pago, para veicular propaganda a respeito de "Obras realizadas na cidade de Curitiba" - naturalmente com o melhor juízo e propósito de bem "esclarecer" os curitibanos, principalmente, os que votam.

Dentre essas obras, incluiu, sem titular, a reforma do Teatro Treze de Maio ou Teatro da Classe - o nosso teatro Zé Maria Santos.

Entretanto, apesar da propaganda oficial, o que existe atrás do número 655 da Rua Treze de Maio, aqui em Curitiba, é um monte de calça, tijolos velhos e muita lama - escondidos por uma placa anunciando a reforma, pela construtora Acrópolis, e a assinaturas do Governo Álvaro Dias.

Através do Ofício nº 33/91, o ex-Secretário da Cultura, René Dotti, solicitou indicação - que foi deferida pelo Governador do Estado - de recursos financeiros, na ordem de cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta cruzeiros e noventa e nove centavos, para início das obras de reforma do Teatro da Classe.

Feita a propaganda, liberado o recurso, contratado, aprovado e pago o projeto, através da empresa projetos associados, sociedade composta limitada, era de se esperar que o velho Teatro da Classe, construído pelo Bom Zé Maria, ganhasse a nova "cara".

Mas, isto não aconteceu.

Indignado diante dessa situação; preocupado com o fim que poderia ter sido dado aos recursos financeiros destinados à obra; sensível à manifestação dos setores culturais e artísticos de nosso Estado pelo resgate à comunidade de um dos mais importantes espaços culturais - marco do teatro paranaense - é que enviei à Secretária de Estado da Cultura, um pedido de informações sobre a realidade da reforma do Treze de Maio.

Foram os seguintes os quesitos enviados à professora Gilda Poli, no dia 18 de abril próximo passado:

01 - Qual o andamento do processo que autorizou a realização das obras no Teatro da Classe?

02 - Por que as obras de reforma estão paralisadas?

03 - Quais os recursos - acompanhando os respectivos documentos - liberados para a realização de tais reformas?

04 - É prioridade da atual administração efetuar as obras?

05 - Quando? De que forma? Quais os procedimentos adotados para isso?

06 - Enviar todos os documentos referentes à referida reforma, inclusive, de reuniões da Comissão Estadual de Artes Cênicas para discutir a denominação do teatro.

Recebemos, ontem, a resposta da Secretária da Cultura e, naturalmente, não poderíamos deixar de abordar alguns pontos do documento, neste Plenário, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Diz a Secretária, no terceiro parágrafo

do seu ofício: "...Foi constituída comissão de licitação organizada pelo DECOM, contrariando (segundo informações constantes dos documentos ora analisados) a intenção do então chefe do Poder Executivo, de que deveria ser constituída comissão de licitação composta por técnicos indicados por esta pasta e pela Procuradoria Geral do Estado".

Pode até parecer, Senhores Deputados, que se trata de alguma informação nossa. Mas não, é uma declaração da própria Secretaria da Cultura, de que uma determinação do Governador, injustificadamente, foi contrariada.

Em seguida, foi formalizado o contrato de empreitada pelo DECOM com a Acrópolis Construções e Empreendimentos Ltda, em data de 13.10.89.

Posteriormente foi designada comissão integrada por técnicos vinculados a Pasta da Cultura, para acompanhamento das obras, tendo em vista o retardamento injustificado da execução do contrato. Desse ato, resultou "parecer técnico" com denúncia de incapacidade técnica por parte da empresa contratada. Este fato foi levado ao conhecimento do titular da Pasta da Administração, através do ofício n. 534/90, de 22.02.90. quando foi solicitado que o gerenciamento da licitação e realização da obra fossem transferidos, de imediato, ao Banestado órgão co-participante da construção.

Este pedido foi também encaminhado ao Governador do Estado, tendo sido deferido.

Pois bem, eu pergunto: o que foi analisado pela Comissão de licitação, se ninguém examinou a capacidade técnica da empresa vencedora?

Isto é muito grave, Senhores Deputados, e eu quero ler, aqui, o artigo 27, inciso 20, da nossa Constituição Estadual:

"XX - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual permitirá somente as exigências de qualificação técnico-econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

Ora, vemos portanto, que a Comissão que realizou a licitação, no departamento de compras do Estado, DECOM, órgão subordinado à Secretaria da Administração, deixou de observar a constituição do Estado, um dos dispositivos relacionados à administração pública.

Essa negligência clara da Comissão de Licitação, implicou no retardamento da realização da obra, e num prejuízo ao Es-

tado, expresso na inviabilidade de utilização de um espaço de cultura. Em que pese os recursos financeiros alocados, hoje no valor de mais de sessenta e dois milhões de cruzeiros, estariam aplicados, não podemos ser tolos, a ponto de acreditar que mantém o mesmo valor de compra da data da liberação. O Governo não acabou com a inflação.

Pois bem, a negligência da Comissão de Licitação, acabou fazendo com que o DECOM mandasse a Acrópolis paralisar a realização da obra. Em seguida, travou-se uma batalha judicial, na tentativa da empresa de garantir o contrato, que foi rescindido.

Diante de toda essa bagunça, o Banco do Estado, agente financeiro da obra, acabou retendo os recursos financeiros, até tomada de uma decisão, após análise das solicitações referentes aos processos licitatórios, bem como a liberação de recursos.

Portanto, é incerto e duvidoso o futuro do Teatro da Classe. Muito embora, a proposta do ex-Governador Álvaro Dias tenha sido levado ao ar.

Além disto, considero insuficientes as informações encaminhadas pela Secretária da Cultura, Gilda Poli, sobretudo, por deixar de enviar-nos as cópias dos documentos sobre a reforma e intenções da atual gestão para o Teatro Treze de Maio.

Assim, comprovado o que era uma simples suspeita houve negligência na realização da licitação - venho pedir ao plenário que aprobe um novo pedido de informações à Secretária da Cultura, para satisfação às primeiras indagações e complementação das informações contidas na resposta.

O que queremos e faremos a qualquer preço, é levantar a realidade do Treze de Maio, saber agora, de quem é a culpa pela negligência na licitação, a fim de defender a moralidade na gestão pública, a Constituição Estadual e os interesses maiores do nosso povo".

Neste sentido estou encaminhando para a Mesa dois pedidos de informações para a Secretaria da Cultura.

A mesmo tempo venho também à Tribuna para dizer mais uma vez da nossa insatisfação com relação à Secretaria da Cultura e também com relação à indicação do ator carioca Loureiro para a Fundação do Teatro Guaíra. E hoje o "Jornal do Estado" traz uma nota, uma carta aberta ao Governador.

(Lê Carta Aberta).

Nós voltamos também a repudiar a indicação deste cidadão, cuja pessoa nada temos contra, mas é uma discriminação, é um desrespeito para com a classe artística do nosso Estado. Está marcado para o dia 18 para se manifestar em repúdio à nomeação de Osvaldo Loureiro. A classe artística

Curitiba, quarta, em 22.05.91

organizou algumas atividades como por exemplo, uma carta aberta, que acabei de ler, ampliar a discussão com os interessados e um ato público em frente ao Teatro Guaíra no dia 18 de maio; e a manifestação pública será realizada às 15 horas, quando vai ocorrer o abraço dos artistas do Paraná ao Teatro Guaíra numa forma de protesto pela indicação do ator carioca.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do PT.

(declina).

do PL, (declina);

do PSB, (declina);

do PRN.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há mais ou menos cinquenta dias atrás aqui nesta tribuna eu dizia que o Governador Requião precisava de colaboradores e não admiradores.

Após cinquenta dias, diminui o número de colaboradores e aumentou o número de admiradores. Vejam bem, publica-se em todos os jornais do Paraná sobre a Ferroeste, idéia que concordamos e incentivamos juntamente com o Governador do Estado. Só que temos um problema a ser resolvido, pois a Ferroeste nada mais ligaria a Cidade de Guaíra ao Porto de Paranaguá e, com isso, nós conseguiríamos trazer as safras do cerrado para o nosso Porto de Paranaguá. Nós temos um problema imediato, um problema que é muito grave e que, fatalmente, causará prejuízo à sociedade paranaense e a todo o Estado do Paraná. De nada adianta a Ferroeste se nós não resolvermos o problema do calado do Porto de Paranaguá, todos sabem que calado é a parte do navio que fica abaixo da linha d'água. O calado de Paranaguá é de trinta e sete pés, sendo de trinta e sete pés, permite que Paranaguá receba navios do tipo Panamá, que são navios de duzentos a duzentos e dez metros com capacidade de setenta mil toneladas.

Senhores Deputados: o que está acontecendo em Paranaguá é o seguinte: Há mais de 8 anos não se faz uma dragagem no canal da galheta e no Porto de Paranaguá.

Com isso, o Capitão dos Portos de Paranaguá está se vendo obrigado a diminuir o calado do porto paranaense. O que que significa isso em termos práticos?

No caso do Capitão dos Portos diminuir o calado em apenas 2 pés que significariam 60 cms, cada navio que chega a Pa-

Paranaguá sairia com 10.000 toneladas de carga a menos.

O que que significa isso em termos de dólares? Alguns milhões de dólares porque o Porto de Paranaguá hoje recebe em média 200 navios e esses 200 navios representam nada mais nada menos, com o problema do calado, de três a quatro milhões de toneladas exportadas a menos pelo Porto de Paranaguá, mas esse não é o grande problema. O grande problema é que os contratos para uma safra, para uma exportação são feitos um ano antes da exportação, então o problema do porto é o seguinte: Porto sempre tem que ser resolvido hoje para ter resultado no próximo ano e não está tendo este resultado.

Acontece o seguinte: a incompetência do Diretor Técnico do Porto de Paranaguá, mais a incompetência da administração do Sr. Chiquito Deliberador, o famoso "olho de garoupa", que esteve em Paranaguá, está ocasionando o que é o descaso e o desespero dos exportadores e dos produtores de todo o Brasil.

Minha gente, o Capitão dos Portos de Paranaguá não pode contratar dragas, mas pode diminuir o calado e isto ele está preste a fazer, se nós Deputados, o Governo do Estado e Deputados Federais não acudirem imediatamente o Estado do Paraná, porque muito se fala e pouco se faz.

Acontece o seguinte: são oito mil e quinhentos quilômetros de costa, existem dez dragas no Brasil de grande porte para dragagem. Dessas dez dragas somente três estão em funcionamento, dessas três, duas funcionam normalmente e uma precariamente.

Antigamente a Portobrás era responsável pela dragagem, através da Companhia Brasileira de Dragagem. Hoje a responsabilidade passou para as Docas do Rio de Janeiro. Só que em Paranaguá existe uma draga com o nome de Espírito Santo e até hoje não foi explicado a este Deputado e a todo Estado do Paraná o porquê esta draga não funciona e porque nunca chega a vez do Porto de Paranaguá.

O Paraná, volto a repetir, precisa tomar medidas imediatas no que se refere ao calado do Porto de Paranaguá, porque senão não teremos a possibilidade de exportar e isso implicará que todos os navios destinados ao Porto de Paranaguá e ao Paraná sejam desviados para outros portos, principalmente o Porto de Santos.

Não bastasse isso, os exportadores, os importadores têm uma reclamação muito forte e muito grave a administração técnica do porto, hoje um navio em Paranaguá leva dez dias esperando para poder atracar e as afirmações da diretoria técnica são as seguintes: um dos berços não funciona, outro funciona precariamente. Ora minha gente, porque os outros nove berços, minha

gente, são já privatizados.

O que nós hoje aqui pedimos é que se faça alguma coisa em nome do Paraná, porque se nós não fizermos os resultados serão catastróficos e imediatos ao Estado do Paraná.

Não bastasse isso, Senhores Deputados, a taxa de Santos o ano passado era de doze dólares para taxa portuária, passou a nove dólares e hoje está em sete dólares e cinquenta centavos. A taxa de Paranaguá era de oito dólares, passou a seis dólares e cinquenta centavos, só que em Santos a CO-DESP está com um procedimento que diminuirá a taxa do porto de Santos a quatro dólares e cinquenta centavos.

Não bastasse isso, os marajás imperam no Porto de Paranaguá e eu digo não são os marajás os sindicalizados e sim os diretores que hoje lá estão, porque o Porto de Paranaguá não tem nenhum diretor, a não ser seu Superintendente que mora no Porto de Paranaguá e na cidade de Paranaguá. Todos os dias os carros vêm buscar os seus diretores para o trabalho. São inúmeros veículos vindo a Curitiba e levando ao Porto de Paranaguá os seus diretores, muitos desses comparecendo duas vezes por semana ao Terminal paranaense. Não bastasse isto existem diretores que mais estão em suas cidades de origem do que no Porto de Paranaguá.

Ora, minha gente, onde está a tão falada moralização do Governo? Eu acho que os admiradores do Governador Requião não o estão informando. E eu não culpo o Governador porque o Governador está muito bem intencionado em relação ao Paraná. Mas, a vergonha impera nos sessenta dias do Governo. E eu quero aqui mais uma vez desafiar a qualquer um dos Deputados que me desminta neste Plenário.

Minha gente, é muito sério o que eu tenho a dizer: ou a gente empunha a Bandeira do Paraná ou a gente pega o boné e vai para casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Recebi uma cópia do Ofício n. 54/91 do Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette, ofício encaminhado ao Senhor Governador do Estado em que a Federação solicita ao Governador que seja prorrogado o prazo de vigência do Decreto n. 7.303, baixado pelo Senhor Governador Álvaro Dias que dispõe sobre transporte dos bóias-frias, e eu me permito a ler o Decreto, já que são apenas dois artigos e diz o seguinte: a sua data é de

25 de setembro - artigo 1º - O deslocamento de trabalhadores rurais até o local de trabalho e seu retorno deverá ser efetuado, obrigatoriamente, através de ônibus ou similar nas estradas sob a jurisdição da Polícia Rodoviária Estadual. Parágrafo Único - A Polícia Rodoviária Estadual impedirá o tráfego de veículos transportando trabalhadores em desacordo com este Decreto.

Art. 2º - O Banco do Estado do Paraná S/A e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, formularão programa especial destinado a propiciar financiamento para aquisição de ônibus aos interessados no transporte de trabalhadores rurais.

E diz que os seus efeitos, efeitos deste Decreto seriam por um período de 120 dias. Decorridos os 120 dias como o Banestado e o BADEP não providenciaram uma linha de financiamento aos interessados para aquisição de ônibus ou veículos similar, o Senhor Governador Álvaro Dias editou um outro Decreto prorrogando o prazo por mais 90 dias, cujo prazo expira-se agora neste mês ou já expirado que está. Como o BANESTADO e o BADEP, agora em fase de liquidação extrajudicial, não providenciaram, ou o Banco não tem uma linha de crédito para comprar ônibus, o Decreto perde seu objetivo, é ineficaz e, ao contrário de se estar postergando, se transferindo a data da exigência, eu acho até que o Senhor Governador Roberto Requião deve revogar o Decreto. Por quê? Porque quando o Senhor Governador Álvaro Dias exigiu que esse transporte houvesse proteção ao bóia-fria, e ele também imaginou que sua vontade, ou da vontade do transportador seria possível, ele imaginou a criação de uma linha de crédito e juros baixos certamente.

Agora eu conheço algumas pessoas, proprietárias de ônibus velhos, caindo aos pedaços, sem nenhuma condição mecânica, transportando 70, 80 passageiros, quando a sua capacidade seria de 30 ou 35 passageiros, ônibus de 15, 20 anos de uso. Eu acho que aí é que repousa o perigo. Não é o fato de se exigir que o transporte seja feito em ônibus. Mais do que isso: o transporte deve ser em caminhão, camionete, qualquer veículo que tenha condições mecânicas, de estado de conservação que permita o transporte.

Agora tem realmente ocorrido acidentes lamentáveis já que esses veículos transportam um número excessivamente grande de passageiros, principalmente os caminhões, e o Senhor Governador, sem dúvida, laborou na melhor boa fé, acontece que é inexequível esse Decreto.

Portanto, ao invés de se prorrogar, deixar para depois, deve logo revogar porque quem são os bóias-frias transportados nesses veículos são os agricultores que

optaram em morar na cidade, são os lavradores que, ao invés de morar nas fazendas que produzem algodão, cana-de-açúcar, amendoim, optaram a morar na cidade. Às vezes até não é opção, são forçados. Mas o decreto não resolve. Eu acho que esse decreto deve ser reeditado quando o Estado do Paraná, através do seu Banco, criar uma linha de financiamento e, muito mais do que se falar em ônibus ou similar, é saber se um veículo tem condições.

E agora - ainda vi hoje - o que me traz à tribuna são notícias de que a Polícia Rodoviária já estaria na Região de Bela Vista do Paraíso, atuando veículos, proprietários e impedindo o transporte de bóias-frias sem que seja em ônibus. E também o "Correio de Notícias" ainda hoje diz que "existe um procedimento entre os trabalhadores volantes contra o pessoal que é transportado em ônibus. Ao que parece, os bóias-frias consideram que ser transportado em caminhões abertos (correndo riscos terríveis em caso de acidentes) é uma prova de "machismo" (aspas do autor). Por esse raciocínio, enxergam em seus colegas transportados em ônibus indícios de comportamento "efeminado".

Eu quero crer que isso seja um comentário de quem fez o artigo. Não creio nisso, mas para daí se avaliar a importância do decreto.

Portanto, apenas estamos com isso criando problemas terríveis de transporte de trabalhadores que já ocorrem agora com a Polícia Rodoviária dando cumprimento a um decreto que - repito - é totalmente inexequível, inaplicável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra.

(DECLINA).

Está com a palavra a Liderança do PMDB.

(DECLINA).

Está com a palavra a Liderança do PDT.

(DECLINA).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Iensen, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do ex-

pediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação em escrutínio secreto do Projeto de Resolução n° 16/91, consoante o disposto no artigo 180, combinado com os artigos 241, 242, 73 e seus parágrafos do Regimento Interno.- Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, o requerimento do Deputado Geraldo Cartário, propõe o escrutínio secreto para discussão do Projeto de Resolução 16/91. Eu consulto V.Exa. da seguinte maneira: tal Projeto de Resolução não teria necessidade de vir a Plenário, mas simplesmente à Mesa aplicar o Regimento Interno. Se a Mesa - seria essa a minha interpretação - coloca que essa discussão deve-se dar em Plenário, no meu entender é que a Mesa quis democratizar o processo e a democratização do processo se impõe em votação aberta e não em escrutínio secreto, porque senão não teria necessidade de ficarmos aqui. Bastava a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa colocar em prática o Regimento Interno que temos: ao trazer para discussão, eu só acredito, que a Mesa quis democratizar e o escrutínio secreto, não democratiza absolutamente nada, mas simplesmente encoberta às ações e as posições individuais e fere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa que coloca a votação secreta só para questão de veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado Dr. Rosinha que o Regimento Interno para votação secreta, não é exclusivamente previsto para os vetos. No caso em tela há previsão de votação secreta. Artigo 241, parágrafo único: "Nos casos dos incisos I ao IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário em escrutínio secreto e por maioria dos membros da Assembléia, assegurando ao infrator, a possibilidade de ampla defesa".

O requerimento, na parte segunda, quando se refere à votação secreta, é extemporâneo. Prevalece para preferência de votação.

Em discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Geraldo Cartário conservem-se como estão.

APROVADO.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 16/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, suspendendo por 30 (trinta) dias, o mandato do Deputado JOSÉ ARTUR RITTI, conforme o disposto no art. 239, inciso II, combinado com o artigo 241, inciso V do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 13 de 06.03.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 16/91

AUTOR: COMISSÃO EXECUTIVA

ASSUNTO: Fica suspenso por 30 (trinta) dias, o mandato do Deputado JOSÉ ARTUR RITTI, conforme o disposto no Art. 239, inciso II, combinado com o artigo 241, inciso V do Regimento Interno.

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão, o Projeto de Resolução n° 16/91, iniciativa da Comissão Executiva, que visa suspender por trinta dias o mandato do Deputado José Artur Ritti.

A presente proposição encontra-se amparada no Regimento Interno desta Casa, estando, portanto, em condições de ser apreciada pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

CARLOS SIMOES

Relator

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido a este Parlamentar o direito de Defesa, visto que o mesmo não lhe foi assegurado na Comissão de Constituição e Justiça, sendo que esta não considerou a contento o Atestado apresentado que justifica plenamente a minha ausência, de acordo com o Artigo 241, em seu Inciso 5°, o qual diz: faltar, sem motivo justificado, a 10 (dez) sessões ordinárias consecutivas ou a 45 (quarenta e cinco) intercaladas, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Como se vê tais faltas foram plenamente justificadas por motivo de saúde, conforme fez prova o Atestado Médico apresentado em tempo hábil.

Eis, que o próprio Artigo em questão não define o tempo para tal justificativa, este Parlamentar está em perfeita sintonia com o contido no Regimento Interno.

Feitas estas considerações, este Parlamentar REQUER, à sua Excelência, a oportunidade de defesa, para o que se coloca à disposição nesta Mesa, caso necessário maiores esclarecimentos e informações acerca de minha justificativa apresentada, bem como Requer, a devolução do Projeto de Resolução n° 016/91 à Comissão de Constituição e Justiça, para que junto a este Requerimento, o Parlamentar que o subscreve possa ser ouvido, daí exercendo o seu am-

plo Direito de Defesa, já previsto Regi-
mentalmente.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

Ofício n° 010/91

Curitiba, 07 de março de 1991.

Senhor Presidente.

Venho pelo presente expor a Vossa Ex-
celência a justificativa de minha ausência
durante o período legislativo de 18 de fe-
vereiro à 06 de março de 1991.

Tal ausência deu-se devido a problemas
de saúde de que me acometeram, conforme
atesta o Dr. Luciano Dias de Oliveira Reis
- CRM. 5665 de Santo Antônio da Platina,
cujo documento segue em anexo.

Solicito outrossim, seja levada tal
justificativa ao conhecimento dos demais
membros da Mesa Executiva deste Poder.

Contando com sua habitual atenção,
subscrevo-me reiterando protestos de ele-
vada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

Atestado:

Atesto que o Deputado José Arthur Rit-
ti esteve sob meus cuidados de 18 de feve-
reiro até hoje 06 de março de 1991 e sob
recomendação passou esse período sob re-
pouso relativo.

(a) Dr. Luciano Dias de Oliveira Reis

CRM 5665-PR

Av. Oliveira Morra, 626 - Fone (0437)
34.1006 - Santo Antonio da Platina- Paraná
Vai-se proceder a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esclare-
ço aos Senhores Deputados que deseja-
rem votar a favor do Projeto em posse da
Mesa, da suspensão de trinta dias do Depu-
tado Ritti, votarão com cédula "SIM" e os
contrários à penalidade, votarão com a cé-
dula "NÃO".

Esclareço mais que de acordo com o Re-
gimento Interno, Art. 241, parágrafo único
(eu já li mas vou ler novamente): "Nos ca-
sos dos incisos I a IV, a penalidade será
aplicada pelo Plenário em escrutínio
secreto e por maioria dos membros da As-
sembléia, assegurando ao infrator, a opor-
tunidade de ampla defesa".

A maioria da Assembléia, representa,
para aprovação da suspensão, vinte e oito
votos favoráveis.

Tem a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.
Deputados.

Nós queremos deixar bem clara a nossa
posição em relação a este Projeto de Reso-

Curitiba, quarta, em 22.05.91

lução. Talvez até não sejamos favorável
com a maneira em que foi colocado, com a
maneira em que se propõe na punição dos
trinta dias. Mas somos favorável, sim, a
uma punição. E eu vou dizer por que. Por-
que estou aqui nesta Assembléia há quatro
anos e alguns meses e, durante a minha
passagem nesta Casa na primeira legislatu-
ra, os Anais desta Casa provam que este
Parlamentar ao lado de Vossa Excelência,
Deputado Anibal Khury, e ao lado do Sr.
Deputado Erondy Silvério, fomos os três
Parlamentares com o maior número de pre-
senças em quase todas as Sessões durante
os quatro anos passados. Quando a televi-
são convocava os Constituintes para ir à
Brasília para fazer a Carta Magna nós es-
távamos aqui, em período eleitoral, dando
"quorum" a este Plenário, com sete, oito e
até meia dúzia de Parlamentares, fazendo
esta Casa funcionar em um período eleito-
ral. Fizemos ir até o final uma Comissão
Parlamentar de Inquérito da área da saúde
durante o período eleitoral. Não faltamos
a nenhuma Sessão. E, além de tudo, exerce-
mos a função de Vice-Prefeito na Capital
do Estado. Poderia eu, nesta condição,
ter-me ausentado quantas e quantas vezes
quisesse, a exemplo de outros parlamenta-
res e que por sinal o povo cobrou porque
eles não voltaram para Casa, para ir fazer
a minha política nos bairros da cidade,
acompanhar o Prefeito, às obras da cidade
e, no entanto, eu estava aqui nesta Casa
cumprindo com a minha obrigação. Por esta
razão não posso aceitar a maneira como se
portou o Deputado Ritti, que por sinal até
hoje não proferiu palavras neste Plenário,
e se proferiu uma ou duas palavras foram
muito, respondendo chamada ou respondendo
à presença na hora de votar. Ele nem se-
quer subiu à Tribuna da Assembléia. Também
não é o caso. Mas também não disse o por-
quê até agora veio a esta Assembléia. E
nós sabemos, nós os Deputados reeleitos,
que o que se pregou no palanque eleitoral
na última eleição foi a renovação da As-
sembléia, foi a presença nesta Casa, "va-
mos marcar presença diariamente fazer à
Assembléia trabalhar, valorizá-la" e, no
entanto, lamentavelmente, esta renovação
que veio está sendo mal representada e me
perdoe, Deputado Ritti, não é nada de pes-
soal contra o Senhor mas é a minha posi-
ção de Parlamentar, e se depender do com-
portamento de Vossa Excelência talvez, o
Deputado mais jovem aqui neste Plenário
está mal representada a renovação desta
Assembléia.

Porque é preciso trabalho, é preciso
presença e, acima de tudo, responsabilidade.
Não se admite que um jovem Parlamen-
tar, recém eleito, ficasse na sua cidade
ou fosse viajar sei lá para onde foi
sem dar um mínimo de atenção a esta Casa,

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

E tenho certeza de que a imprensa e a sociedade cobram dos Parlamentares uma posição de respeito e de dignidade.

Por esta razão venho aqui, talvez até provocando para mim mesmo uma situação difícil. Mas não posso me calar, quando nós, Deputados Algaci Túlio e Erondy Silvério que marcamos uma presença constante aqui neste Plenário durante os quatro anos, sem nos esquecermos de outros Parlamentares que também foram reeleitos e que também marcaram suas presenças aqui neste Plenário.

Não podemos aceitar isso até como que um deboche para nós que aqui estamos diariamente votando os projetos, fazendo a Assembléia funcionar, bem como o Governo do Estado. E, de repente, um jovem político, trazido pelos votos da sua Região, que fica 15, 20 dias sem sequer dar um sinal de presença nesta casa, sem a mínima satisfação. E quando veio a esta Casa e me lembro bem como se fosse hoje em uma sessão de C.C.J., lá estava este Parlamentar com um chapéu de palha na cabeça, como que para debochar dos Parlamentares, e não sei o que dizer com esta atitude, ou queria aparecer na televisão e de repente, parece que as coisas se invertem neste País, parece que não interessam mais os valores morais, é melhor sair por aí, chegar aqui nesta Tribuna, botar uma melância na cabeça para ganhar o destaque nacional, do que vir aqui durante todos os dias e cumprir com a sua obrigação.

Essa é a minha indignação, como Parlamentar assíduo que sou desta Casa, e os senhores são testemunhas disso, exercendo dupla função de vice-Prefeito da cidade, de homem de imprensa e de Deputado, não me ausento em momento algum, vivo a Assembléia Legislativa, deixo de ir lá fora capitalizar votos, comparecendo talvez em várias outras atividades da Prefeitura, mas aqui estou presente em todos os acontecimentos, em todos os momentos na Assembléia.

Por esta razão é minha indignação, talvez até não concorde com trinta dias de suspensão, mas principalmente uma advertência desta Assembléia, para que este Parlamentar e tantos outros, que não respeitam a Casa, que não respeitam a sociedade e que não respeitam os votos que mereceram, não podem evidentemente cometendo essas barbaridades.

É esta minha posição, me perdoe Deputado Ritti, mas eu não posso me calar diante de uma situação dessas quando hoje se reúne o plenário, para votar uma possível suspensão ou não para o Parlamentar, que faltou, que não deu satisfação que até debochou desta Casa, em várias ocasiões nós constatamos a presença do Deputado

aqui, não no plenário, mas sentado nas tribunas aqui da Assembléia, como se o restante que estivesse aqui do plenário, fosse obrigado a fazer o papel que ele não está fazendo. Esta é minha indignação, eu deixo bem claro já o meu voto é pela punição.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Estive analisando a Ordem do Dia de hoje, existe um ofício do Deputado José Artur Ritti, datado de 07 de março, encaminhando à C.C.J. um atestado médico. Sentindo que não teve direito à defesa, o Deputado encaminhou ao Presidente da Casa, um documento datado do dia 20 de março de 1991, no qual ele requer a oportunidade de defesa. Eu acho e solicito, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que possamos melhor nos posicionar, inclusive, da tribuna, do qual nós desejamos, que o Deputado José Artur Ritti vá à tribuna e coloque e se defenda e tenha o direito de defesa que ele solicitou por escrito.

Então é essa, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a solicitação, o que eu requeiro à Mesa, que o Deputado coloque a posição solicitada por escrito, da tribuna, para que possamos nos posicionar "a posteriori".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O ato de defesa do Deputado é um ato unilateral de vontade, vai depender de Sua Excelência, no decorrer dos debates.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou aqui para fazer o pronunciamento, por esse motivo que nós vamos julgar a pouco, para colocar a posição do PRN.

Primeiro nas minhas palavras, estarei aqui autorizando esta Casa de Lei a punir todos os Deputados que compõem a minha Bancada, que não tiverem atitudes corretas e decentes, conforme desejamos aqui neste Parlamento.

Fica aqui autorizada qualquer atitude que não seja de acordo com as Leis desta Casa, quero que os Deputados do PRN, sejam punidos na forma da Lei. Porque, Senhores, desde os primeiros dias estive nesta Casa, o meu Partido, que pregou pelo Paraná inteiro a construção de um novo Paraná, foi dito na imprensa e foi falado nos meios de comunicação, que um Deputado do PRN não agia de forma correta e não estava presente no seu trabalho, e que tinha sido eleito há poucos dias atrás.

Quero dizer aos Senhores: a Bancada do

PRN nesta Casa, quer se fazer respeitar pelas suas atitudes. A Bancada do PRN quer se fazer respeitar pelas suas posições.

Por isso, eu vim aqui para dizer aos Senhores, que a posição da Bancada do PRN, que lutou na construção de um novo Paraná, é pela punição do Deputado, para que nós façamos isto de exemplo. Muitos argumentam que amanhã ou depois, isto poderá virar contra mim. Quero dizer aos Senhores o seguinte: se eu tiver atitudes que tenham que ser julgadas por esta Casa, quero pedir aos colegas Deputados, que me punam, porque eu tenho a certeza absoluta de que esta Bancada de oito Deputados jamais vai ser julgada por esta Casa, porque eu tenho notado que nós estamos aqui diariamente, freqüentemente nas comissões, freqüentemente no Plenário, participando do trabalho ao qual fomos incumbidos pelos eleitores do Paraná. E estaremos aqui, na certeza, mesmo na oposição ao Governo, mesmo na minoria, nesta Casa, nós aqui estaremos pregando a construção de um novo Paraná: correto, justo, sério, sem corrupção. Mas de uma forma que dignifique o Parlamentar, quando ele sair nas ruas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Uso, neste momento a tribuna, para falar do nosso companheiro, Deputado José Ritti.

Certamente que ainda no dia de ontem, quando se falava em municipalismo, e aqui muito bem representado pelo ex-Prefeito Albino Corazza, de Toledo, que criou o Bloco Municipalista, eu comecei a lembrar dos tempos de municipalismo, e nas nossas atuações como Vereador, como Prefeito. E na região do Norte Pioneiro, sem dúvida alguma, Santo Antônio da Platina se apresenta hoje, como um dos municípios de maior pujança. É um povo bastante politizado. Um povo que teve a oportunidade de votar em Deputados nascidos na sua própria cidade, como é o caso do Deputado José Afonso, de Santo Antônio da Platina, já Prefeito; e como também o caso do Deputado Tadeu Lúcio Machado, Deputado de Santo Antônio da Platina; e por último, o Deputado Ritti.

O Deputado Ritti, sem dúvida alguma, não enganou, em hipótese alguma, seus eleitores. Porque os eleitores que votaram nele, são pessoas que o conhecem desde que nasceu. Haja vista, ainda, meus prezados companheiros Deputados, a dificuldade que

um Prefeito tem, numa cidade pequena, de administrar. E o seu pai é Prefeito de Santo Antônio da Platina. Um Prefeito que vem atuando com uma grande administração.

E hoje, eu vejo aqui trabalhadores rurais que buscam soluções, e me lembro do Prefeito de Santo Antônio da Platina, o pai do Deputado Ritti, que implantou o transporte gratuito em toda a zona rural, com a participação que deu uma melhoria de vida a todo cidadão que trabalha na zona rural, que trabalha na lavoura, e que hoje tem o direito garantido de ir e vir à sua cidade, sem ter o problema de falta de condução e muito menos de ter que desembolsar qualquer importância.

Só isto, Senhor Presidente, só esta maneira como a família Ritti vem administrando Santo Antônio da Platina, já merece da nossa parte, respeito pelo seu trabalho e em causa de uma comunidade, uma região tão forte como é o Norte Pioneiro.

E eu, que conheço muito bem esta região, não quero, de maneira alguma, punir a população de Santo Antônio da Platina, em deixar afastado por uma punição da Assembleia, por trinta dias, o jovem Deputado, brilhante que é, certo, sem a experiência de companheiros mais assíduos a este Plenário, como meu prezado amigo e companheiro de Partido, Algaci Túlio, que tem uma experiência muito grande em Plenário, não só em Plenário, mas como Vereador de Curitiba e nos microfones da rádio.

E, como todo rapaz jovem, de 22 anos que se elege, ele aprende com o continuar do tempo. E ele não desprestigiou a Assembleia, de forma alguma. Realmente, as sessões que ele aqui deixou de comparecer, ele humildemente, educadamente, trouxe um atestado médico a esta Casa. Atestado médico assinado por um médico, filho também de um ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina, o filho do saudoso Alício Dias dos Reis.

Por isso, prezados companheiros, não podemos realmente permitir que algum Deputado atente contra este Poder, eu mesmo, a exemplo do que o Valdir Rossoni falou, eu também me submeto a qualquer punição, se eu vier a denegrir esta Casa de Leis, mas eu indago aqui, aos companheiros, será que a nossa atuação no Plenário é suficiente para representarmos bem o nosso mandato? Eu fiz uma análise dos últimos 90 dias que aqui estou nesta Casa. E, sinceramente, com todo o respeito ao Plenário e à Mesa desta Casa, eu tenho trabalhado muito mais longe do Plenário do que aqui neste Plenário.

Por isso eu faço um apelo aos Senhores Deputados: vamos sim, trabalhar para que pessoas não tenham que sair da zona rural e vir à Assembleia, como aqui estão hoje, em busca de soluções! Vamos nos unir, va-

mos fortalecer o Poder Legislativo, vamos juntos, numa caminhada de busca de soluções para a nossa população; mas um Deputado recém-eleito, não pode e não deve ser punido da forma como está sendo colocada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço, para encaminhar.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Antes de mais nada, é claro, tenho que cumprimentar aqui o Deputado Algaci Túlio, e acredito, cumprimentando o Deputado Algaci Túlio, estaria cumprimentando todos os demais Deputados, que já por muitos e longos anos se encontram nesta Casa, representando o povo do Paraná e dignificando o Poder Legislativo. Como também quero cumprimentar o ilustre Deputado Líder do PRN, Valdir Rossoni, pela brilhante atuação que vem tendo como Parlamentar desta Casa, bem como pela colocação que acabou de fazer como Líder do PRN, no sentido da punição, que está em jogo, do Deputado Ritti.

Porém, é preciso que nós também façamos aqui algumas colocações. Eu indagaria à Mesa, indagaria à própria Casa, o que foi votado durante as sessões que o Deputado Ritti esteve ausente? Votado de grande importância para o Estado do Paraná? Quais foram os projetos que, com a ausência do Deputado Ritti foram prejudiciais ao Paraná e a esta Casa, durante aquelas sessões? Parece-me, não tenho certeza, Senhor Presidente, que durante o tempo que esteve ausente o Ritti, foi o trabalho que tivemos para a montagem das Comissões Permanentes, foram inúmeras sessões onde as lideranças partidárias tiveram um trabalho mais profundo e não apareceu matéria aqui que nos exigisse a presença, até a nossa aqui, durante o início do nosso mandato.

Muito bem, o que me chama a atenção, é que hoje estamos aqui fazendo um julgamento, ou acreditamos no atestado médico, ou nós não acreditamos mais no Conselho Regional de Medicina. Nem vou entrar na parte emotiva, porque é um jovem, daqui a pouco, até sou capaz de falar... Mas, o que está em jogo aqui, não são os dez dias que o Ritti esteve ausente, o que este Parlamento está questionando hoje, é um atestado médico firmado pelo Doutor Luciano Dias de Oliveira Reis, inscrito no Conselho Regional de Medicina sob nº 5.665, membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

O que nós estamos questionando, Senhores Deputados, é este atestado aqui, eu acho que antes de nós colocarmos em votação se o Deputado Ritti teria de ser jul-

gado por nós aqui, ou não, nós devíamos à C.C.J., com todo o respeito; deveria de chamar o Conselho Regional de Medicina e questionar o que está escrito aqui, para depois trazermos aqui para o Plenário, com todo respeito. O direito de defesa que o Deputado Ritti arguiu, não era para vir aqui no Plenário, e até se fosse, poderia ter vindo, mas talvez não seja necessário; mas o que nós estamos colocando na verdade, é um atestado médico, e que nós haveremos de invocar, trazer a este Plenário amanhã ou depois, se preciso for, o próprio médico que atestou, e que o próprio Conselho Regional de Medicina venha dizer se este médico é competente, se ele realmente está apto para atestar o que ele colocou aqui, que ele estava impossibilitado de comparecer aqui durante este período que esteve ausente nesta Casa. Além do mais, pelo Regimento Interno nosso, me parece que nem seria motivo de julgamento aqui, seria de uma decisão da própria Mesa Executiva; mas como a coisa, como o fato já está aqui em Plenário, é claro que nós temos que fazer com que os nobres Deputados, até desconhecendo este atestado, vamos esquecê-lo, então, já que está em julgamento, vamos esquecer o atestado e vamos pensar no caso do Ritti.

Ele já foi punido, no meu entendimento, durante todo o tempo que esteve aí correndo de cá para lá. É um jovem de 23 anos, eu até faço algumas interrogações aqui: que bom seria até que homens adultos, maduros, não errassem na vida, seria importante que homens maduros não cometessem erro nenhum, nenhum; e quem de nós pode dizer que pode atirar a primeira pedra? Quem não tiver pecado, está escrito na Bíblia, que atire a primeira pedra. E hoje nós estamos atirando uma pedra, é claro, para fazer cumprir o Regimento Interno. Mas, aqui dentro deste Plenário, já foi arranhado o Regimento Interno e a própria Constituição, dito isto há alguns dias atrás, e passamos batido, ninguém levantou a voz, dizendo que estávamos arranhando a Constituição do Estado, que estava errado; nós estávamos passando por cima do Regimento Interno.

Respeitosamente, meus prezados companheiros Deputados, e com todo o respeito e admiração que tenho, e que acabei tendo ainda mais neste curto tempo do mandato que aqui exerço, pelo Deputado Algaci Túlio, que eu tenho uma consideração e um respeito muito grande, e por mais alguns Deputados, que muito embora votem contra esta situação, mas que com certeza absoluta nós estamos nos conhecendo, e eu faço aqui sem constrangimento nenhum, sem medo nenhum, porque desde o início, eu já falava para o Ritti: "Ritti, eu vou ficar do seu lado".

Está escrito que ninguém pode ser condenado sem que alguém o defenda. Todo o mundo tem o direito da defesa. Jamais esperava que tivesse que ser utilizada esta tribuna, para fazer isto aqui. Vendo tantas e tantas vezes já se burlou o Regimento Interno e outras coisas mais, ao longo do tempo que me conheço como gente, ou como homem público, Vereador em Irati, Prefeito, hoje Deputado.

Em nome da juventude do Paraná, com todo o respeito aos Deputados que forem contra, em nome da juventude do Estado do Paraná porque, na verdade, o Ritti está representando um novo tempo na nossa atividade política. 23 anos. Até pode cometer algumas pequenas falhas. Acredito que esta lição que está recebendo, vai lhe valer para o resto da vida. Mas, como jovem, como representante da juventude do nosso Estado, também quero fazer um apelo aos ilustres Parlamentares: vamos fazer com que ele permaneça conosco aqui. Acredito que a punição, ele já recebeu ao longo do tempo que rolou, para lá e para cá, através da imprensa, o caso de Ritti aqui nesta Casa de Leis.

Estou do seu lado, Ritti e acredito que você não está sozinho. Tem uma grande maioria, pelo menos um grande número de Parlamentares aqui que está do seu lado, porque você pode servir de filho de qualquer um dos Deputados que estão aqui sentados do seu lado. E como jovem, o seu pai, Prefeito daquele município, está aguardando uma ação concreta daqueles que são pais, que têm filhos moços e nós, que somos pais, temos que muitas vezes nos curvar na defesa de nossos filhos por casos muito mais graves. Muito menos por este caso, porque não votamos absolutamente nada de concreto durante aquelas dez sessões.

Por isto...

O Sr. José Artur Ritti - Permite um aparte?

(Assentimento).

Queria dizer aos meus companheiros aqui da Assembléia Legislativa, que não fiz uso da tribuna e da palavra aqui, em Plenário, até a presente data, porque sou um homem que tem vergonha na cara. Enquanto não fosse resolvida esta questão, não faria uso da palavra. Jurei para mim, isto. Mas amanhã vocês todos podem ter certeza que, resolvido isto, vou ser o primeiro a fazer uso da tribuna aqui da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em caráter excepcional, a Mesa concedeu a palavra ao Deputado Ritti no encaminhamento da votação, no qual não é permitido apar-

tes.

O SR. TOTI COLAÇO - Acredito que o próprio Plenário entendeu da necessidade dele fazer estas colocações.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E, com todo o respeito pelas colocações que aqui foram feitas, espero que a gente possa absolvê-lo desta situação, deste pequeno escorregão, sob pena de estarmos contestando um atestado médico e avocando aqui o Conselho Regional de Medicina para ver se isto é verdade ou não.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao saudar neste momento a Mesa Executiva, aos Senhores Deputados, digníssima Deputada, sairemos da nossa saudação de praxe como determina o Regimento Interno, eu já iria mais além, saudaria os meritíssimos juizes e ao mesmo tempo aos jurados deste Poder Legislativo; quando se vive em um momento de julgamento de um Deputado, conforme acusações da sua ausência durante dez sessões nesta Casa.

Acho justo, parabenizo a posição tomada pela Comissão Executiva, parabenizo às demais Comissões que deram seus pareceres. Entendo que o caminho que nós buscamos, realmente, é o caminho da moralidade. Se prega em todos os segmentos partidários desta Casa, a moralidade, e eu, preservando a moralidade que deve existir nos órgãos públicos, é que venho a esta tribuna para sacramentar e registrar nos Anais deste Poder Legislativo, essa data magnífica, essa data importante que fica registrada na história da Assembléia Legislativa do Paraná, que no meu entender será na verdade, o ponto de partida do comportamento daqui para a frente dos Senhores Deputados.

Venho a dizer claramente a posição que tomaremos em relação ao nosso voto. Acho dignificante quando se reconhece o erro, e reconhecer o erro acima de tudo, é divino. Quantas e quantas vezes aqui nesta Casa, fiz até questão de registrar a presença de um dos maiores fantasmas do Paraná, o Deputado de Maringá, José Alves, que comprou uma emissora de rádio na cidade de Maringá e dedicou o seu tempo na sua emissora de rádio e esqueceu a responsabilidade daqueles que o trouxeram para este Poder Legislativo para defender e buscar soluções para suas regiões.

Em razão deste fato que ocorreu duran-

te ao longo de quatro anos, é que me posiciono nesta Casa hoje, pedindo aos Senhores Deputados, não como advogado de defesa, mas como um homem que tem sentimento, que tem coração e que, acima de tudo, de igualdade por igualdade, porque, se aqui represento o povo do Paraná, o Deputado Ritti está respaldado com o direito de todos com a mesma igualdade, porque aqui veio para ocupar uma das 54 cadeiras, onde posso até considerar que nós passamos por um vestibular de medicina, onde existia novecentos e poucos candidatos e apenas 54 chegaram a este Poder Legislativo.

E em razão disso, em razão do respeito aos 12.800 votos que Vossa Excelência recebeu, Deputado Ritti - não pertenco e nem represento a sua região como Deputado - mas respeito os eleitores da sua região que souberam, condignamente também conduzir a este Parlamento, este grande Deputado que se integra nas fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que é o Deputado José Afonso Júnior, uma bandeira na região Norte Pioneiro.

Em nome da responsabilidade que tenho pelo meu Estado, eu não quero participar deste julgamento até, às vezes, cometendo uma injustiça porque os Deputados não têm só a função da presença no Plenário, não é só a questão de votar as matérias de interesse do Estado; a função do Deputado é visitar as Secretarias do Estado, audiências com o Governo do Estado, é representar junto às suas bases, quando há uma inauguração de uma obra, quando há um aniversário de uma cidade em que representamos, reuniões com empresários, reuniões com a sociedade, reuniões com os clubes de serviços; a função do Deputado não significa somente a presença cotidiana aqui neste Plenário. Mas é importante que se registre que nós temos que correr contra o tempo e correr contra as injustiças que jogam em cima dos Deputados para tentarmos, de todas as formas, conciliar a nossa presença aqui cumprindo a nossa missão como Parlamentar.

Excelentíssimo Senhor Presidente, quero ter certeza de que esta decisão que vamos ter, através do voto secreto, sabemos também que há também alguns problemas de ordem de filiação partidária dos companheiros do PRN com relação ao Deputado Ritti, mas nós não podemos assimilar os episódios passados aqui, nós temos que decidir uma posição isolada, que aqui decidi também - não foi uma ou duas vezes, muito mais do que quatro ou cinco vezes, aqui votei para preservar a imunidade dos Deputados que, aqui, tentaram, através da justiça comum, buscar processos contra Deputados. Nós mantivemos a nossa linha e a nossa ética parlamentar para não quebrar essa imunidade, porque a partir do momento

em que se quebra a imunidade deste Parlamento, se quebra o respeito e a sua dignidade.

Eu faço um apelo aos Senhores Deputados e isso, eu tenho certeza, que haverá na sua carreira política como jovem que é, com vinte e três anos. Nós até atribuímos, não pela sua juventude, alguns deslizes que possam ter ocorrido, você já tem a maturidade suficiente, como tem o companheiro Cleiton que tem demonstrado neste Parlamento uma integridade, uma demonstração de juventude mas com toda a responsabilidade no cumprimento do seu dever e do seu mandato. Isto servirá de lição, Ritti, ficará na história da Assembleia Legislativa do Paraná, mas eu tenho certeza de que agora você lança uma semente e ela será irrigada pela consciência de cada um dos Parlamentares; esta semente haverá de germinar para trazer a você, no futuro, grandes frutos da responsabilidade e de um grande político pelo Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ouvi atentamente a exposição de todos os Parlamentares que fizeram uso da palavra e gostaria como fiz uma questão de ordem de ter ouvido também o Deputado que pediu para que se defendesse, mas ele parece que só vai falar "a posteriori".

Entré tudo o que foi dito, foi elogiado, inclusive o pai do José Artur Ritti, como Prefeito. Quero lembrar ao nobre Deputado que não é o pai do Deputado que está em julgamento e sim o comportamento de um Deputado desta Casa de Leis, independente de quem seja filho ou de que partido é.

Chegou-se dizer ou se acredita num atestado médico ou não se acredita no CRM, também não tem relação em absoluto. O Conselho Regional de Medicina com atestado médico, mas eu tenho só uma coisa a dizer, qualquer trabalhador em qualquer emprego se ele apresentar atestado médico, trinta dias depois que ele compareceu para trabalhar, ele já está demitido, nem suspensão é.

Independente se seja frio ou quente. Independente de ter sido ou não julgado pelo CRM esse trabalhador já estaria no olho da rua, menos aqui neste Parlamento que se discute se vai ter ou não vai ter punição.

Chegou-se a perguntar o que foi votado, naquele período de ausência do Deputado Artur Ritti. Qual foi a importância? Será

que nós estamos aqui nesta Casa simplesmente para votar projetos de lei, dizer sim ou não. Ou nós estamos aqui para exercer um poder que nos foi delegado em eleições.

Nós estamos aqui para muito mais coisas, do que simplesmente dizer sim senhor ou não senhor. Nós estamos aqui para trazer os anseios da sociedade. As diferenças que existem fora da sociedade para dentro deste Parlamento.

E dizer que muitas vezes se passou por cima do Regimento Interno ou por cima da Constituição. Eu quero dizer que nessas oportunidades sempre chamamos a atenção de que isso estava se dando e nunca fomos coniventes com essa questão.

Poi dito que muitos Parlamentares estão do lado dele. Eu até acredito que estejam. O que não significa que quem votar pela punição esteja contra ele. Significa simplesmente que alguns interpretam o Regimento Interno de uma maneira e outros de outra. Significa que alguns confundem espírito de corpo com ética. O espírito do corpo geralmente leva o indivíduo a defender mesmo aquele membro que esteja gangrenado em vez de amputá-lo ou procurar corrigi-lo.

E isso é que está se notando, é o espírito de corpo e não uma questão de ética, porque a questão de ética é agir dentro das responsabilidades e cada um sabe a responsabilidade ao chegar aqui e agindo dentro dela assumi-la sem medo.

É essa que é a questão ética e que se não discute e se protege, dentro desse espírito de corpo.

Nós do Partido dos Trabalhadores queremos dizer que muito do que ocorreu nessas eleições de voto branco e voto nulo, muito do descrédito que tem da população, se deve a esse tipo de comportamento de defesa desse corpo ou desse membro gangrenado ou doente do que de qualquer outras questões que se levanta.

A população está desacreditando no Poder Legislativo e com inteira razão, porque quando alguém que sobe em palanque, fala uma coisa, chega aqui dentro e faz outra, leva ao descrédito não dele, mas de todo Parlamento.

Eu não sou ainda inclusive defensor do Parlamento como ele se coloca, seria até a pessoa menos indicada para defender este Parlamento, mas eu acho que o que está podre não deve persistir, deve se obter a cura e após a cura permanecer e se não tiver cura que se ampute.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...Inicia-se o processo de votação. O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados. Os Senhores Deputados que aprovam a proposta da Mesa para

a suspensão do Deputado José Ritti por trinta dias, votarão com a cédula SIM. Os Senhores Deputados que não aprovam votarão com a cédula NÃO. Serão necessários vinte e oito votos para que a punição se efetive.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação do Projeto de Resolução nº 16/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram quarenta e oito (48) Senhores Deputados. Designo uma Comissão constituída pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Valdir Rossoni, Doutor Rosinha e João Iensen para comporem a Comissão Escrutinadora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 48 Senhores Deputados. Pela aprovação do Projeto de Resolução da Mesa 23 Senhores Deputados;

Pela rejeição 25 Senhores Deputados.

Está rejeitado o Projeto de Resolução da Mesa.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e outros, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDAS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 08 (oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNARIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 77/91

Art. 1º - As parcelas de recursos asseguradas, nos termos da lei federal, ao Estado do Paraná, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no seu território, ou como compensação financeira por essa exploração, serão depositados diretamente no BANESTADO, a conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, quando do seu recebimento pelo Estado.

§ 1º - Os recursos serão depositados

pela Secretaria da Fazenda no FDE até 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento.

§ 2º - Os recursos previstos no "caput" deste artigo serão registrados pelo **BANESTADO** em conta específica do Fundo de Desenvolvimento Econômico, devidamente auditada por auditores independentes e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º - O **BANESTADO**, consoante determina o Art. 9º, da Lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989, separará 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos recebidos e os recolherá aos Municípios segundo os critérios constantes do Art. 158, Parágrafo Único, da Constituição Federal e do Parágrafo Único do Art. 132 da Constituição Estadual.

§ 1º - O valor pago pela COPEL - Companhia de Energia do Paraná, será automaticamente aplicado no aumento de seu capital, visando aplicação na viabilização da implantação do Programa do gás canalizado e programas sociais de utilização de energia elétrica.

§ 2º - 2% (dois por cento) dos recursos recebidos serão destinados ao órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos e proteção do meio ambiente, visando a recuperação e proteção dos mananciais de abastecimento público.

§ 3º - A remuneração prevista pela gestão dos recursos a que alude esta lei, deverá ser aplicada em Programas Sociais.

Art. 3º - A comissão prevista no Parágrafo Único do artigo 142 da Constituição Estadual, responsável pela política de aplicação dos recursos, será composta da seguinte forma:

I - 03 (três) Secretários de Estado, indicados pelo Governador do Estado, na condição de representantes do Poder Executivo;

II - 03 (três) Deputados Estaduais, indicados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na condição de representantes do Poder Legislativo;

III - 03 (três) membros indicados, respectivamente, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pela Federação do Comércio do Estado do Paraná - FCEP, pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, todos na condição de representantes da classe empresarial; e

IV - 03 (três) membros indicados, respectivamente, pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, todos na condição de representantes da classe dos trabalhadores.

§ 1º - A presidência da Comissão Paritária será exercida rotativamente por in-

tegrante de cada um dos segmentos representados, a ser eleito pelos próprios componentes em cada reunião, cabendo-lhe o voto de qualidade e ficando sob a responsabilidade de um representante do Poder Executivo a presidência da primeira reunião.

§ 2º - A Comissão Paritária se reunirá trimestralmente, podendo estabelecer periodicidade maior a critério de seus membros ou da Secretaria Executiva.

§ 3º - A convocação das reuniões regulares, será feita pela Secretaria Executiva da Comissão Paritária, sendo que, extraordinariamente, a convocação pode ser feita pela própria Secretaria Executiva ou por iniciativa de, pelo menos, a metade dos membros da Comissão.

§ 4º - A Comissão Paritária deliberará pela maioria de seus membros.

§ 5º - As deliberações da Comissão Paritária deverão constar de Livro de Atas próprio, a serem lavradas pela Secretaria Executiva.

§ 6º - São ineligíveis para compor a Comissão Paritária as pessoas impedidas por Lei especial ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

§ 7º - Não caberá remuneração aos membros da Comissão Paritária.

Art. 4º - A Secretaria Executiva será exercida pelo **BANESTADO**.

§ 1º - Competirá à Secretaria Executiva prover o necessário apoio logístico para a atuação da Comissão Paritária.

§ 2º - O gestor dos recursos providenciará semestralmente, ampla divulgação dos resultados alcançados à Sociedade Paranaense, através dos principais canais de comunicação disponíveis.

Art. 5º - Os recursos referidos no Art. 1º não poderão ser destinados ao pagamento de dívidas, de salários do funcionalismo ou de quaisquer outros itens de custeio administrativo, devendo a aplicação dar-se consoante a política e prioridades a serem estabelecidas anualmente pela Comissão Paritária, obedecidas as formas, os prazos e as demais normas legais vigentes.

Parágrafo Único - A aplicação dos recursos será sempre precedida da apresentação do projeto contendo análise econômica, social e ambiental do investimento, o retorno das aplicações e as suas respectivas garantias.

Art. 6º - A Comissão Paritária, no desempenho de suas funções, terá as seguintes atribuições:

I - estabelecer a política de aplica-

ção dos recursos a que se refere esta lei, explicitando anualmente os critérios e prioridades a serem seguidos;

II - aprovar os orçamentos anuais e plurianuais relativamente aos recursos em causa;

III - acompanhar, mediante relatórios trimestrais, a execução dos orçamentos elaborados;

IV - estabelecer alçadas decisórias ao gestor dos recursos, para as aplicações em causa;

V - recomendar providências ao gestor dos recursos no que tange à aplicação, fiscalização, administração e acompanhamento dos projetos apoiados à conta desses recursos;

VI - a Comissão poderá, para desempenho das suas atribuições, autorizar a contratação de serviços técnicos especializados, caso estes não possam ser realizados pelo gestor dos recursos.

Parágrafo Único - A política de aplicações terá como princípio assegurar a integridade patrimonial dos recursos mediante adequada proteção ao desgaste inflacionário.

Art. 7º - A Comissão Paritária deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, remeter a esta Casa, sugestão de Lei que promova a adequação e consolidação das leis n.ºs 4529 e 5515 e demais referentes ao FDE.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento: Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Cleiton Kielse, Geraldo Cartário e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

Caros Senhores Deputados.

Louve-se o trabalho do Deputado Caíto Quintana, desde constituinte estadual, ao perseverar e apresentar o projeto de lei regulamentando a Comissão Paritária e a aplicação dos "Royalties" e Compensação Financeira devidas ao Paraná, pelo alagamento das terras em vários de seus municípios.

Necessário registrar o esforço da "Gazeta do Povo" e "Rede Paranaense de Televisão", na pessoa do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pela paternidade de mais esta causa paranista.

Também não foram em vão os esforços de ilustres Deputados Federais e Senadores do Paraná, que empenharam todos os esforços para que este pagamento fosse determinado por leis e decreto federal.

Governadores, lutando com suas dificuldades, esforçaram-se sobremaneira na obtenção destes recursos visando solucionar os problemas do Estado e dos municí-

pios.

Ao solicitar o regime de urgência na votação, objetivava apresentar este substitutivo geral tendo em vista as alterações das condições atuais que se mantidas as disposições do projeto de lei original, dificultariam a real e premente necessidade de uso destes recursos e repasse aos municípios.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES:

* Citações do BANESTADO - por mais que esta Casa, no mês de abril do corrente tenha aprovado o Projeto de Lei n.º 10/91, de autoria do Poder Executivo, que transfere o FDE do BADEP ao BANESTADO, este fato pela condição do BADEP estar em Liquidação Extrajudicial não pode ser concretizado até este momento. Portanto, é necessário deixar claro que os "Royalties" e Compensação Financeira devem e podem ser remetidos e aplicados pelo BANESTADO.

* Repasse aos Municípios - da mesma forma é fundamental estar explicitado que o BANESTADO possa, obedecidos os mesmos critérios da repartição do ICMS, prover a repartição prevista no artigo 2º, sem possíveis óbices pela ainda eventual situação do FDE no BADEP em Liquidação Extrajudicial.

* Recursos para o gás canalizado - evitar que haja um desencaixe de recursos na COPEL, empresa que como os Senhores viam é a responsável pela construção da Usina de Segredo, é uma forma de priorizar outras funções nobres e até estratégicas como são o Programa do Gás Canalizado e os de cunho social como são o CLIC URBANO e CLIC RURAL.

* Recursos para Proteção de Mananciais - O manancial é fundamental para a água que faz girar as turbinas de energia elétrica, para os reservatórios onde o lazer e a piscicultura podem ser desenvolvidos e para a garantia da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, dotar recursos ao órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos é fundamental.

* Programas Sociais - O BANESTADO ao poder, por força da regulamentação do FDE, receber uma comissão pela gestão dos Royalties e Compensação Financeira deve continuar a recebê-la e reforçar seu caixa para a continuidade dos Programas Sociais que executa.

* Redução dos Membros da Comissão - Aachamos fundamental que a comissão deve ser menor para possibilitar que as decisões sejam mais eficazes e rápidas.

* Consolidação da Legislação - necessário estipular um prazo para que a legislação que regulamenta o FDE seja atualizada, tendo em vista, as prioridades que a

Estas alterações darão melhores condições para que os Royalties e Compensação Financeira sejam recebidos, repartidos e utilizados pela comunidade paranaense que há anos anseia pela sua utilização.

Portanto, peço o apoio e a devida compreensão de todos os nobres Pares.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Acrescente-se ao artigo 2° do Projeto de Lei Complementar n° 077/91 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo Único - Dos recursos atribuídos ao Estado, três por cento (03%) serão destinados à realização de projetos e estudos."

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Mário Bezerra.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

O § 1° do artigo 4° da Lei Complementar n° 077/91 passará a ter a seguinte redação:

"§ 1° - Competirá à Secretaria Executiva prover o necessário apoio logístico e manter um departamento técnico permanente - DTP para assessoramento da Comissão Paritária."

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Arlindo Troian, Mário Bezerra, Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

ÀS EMENDAS OFERECIDAS AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 077/91

1 - ANTECEDENTES:

A) A criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, pela Lei n° 4259 de 12 de janeiro de 1962, propiciou a existência de importantes recursos aplicados, inicialmente, na implantação de uma infraestrutura econômica, e, depois, no financiamento dos setores produtivos. Para assegurar o melhor cumprimento desses objetivos, a então Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR, utilizou três elementos básicos:

1. uma equipe de técnicos que estudou a economia do Estado indicando as prioridades para aplicação de recursos; 2. uma verba de "estudos e projetos" destinada à criação de uma "cultura" sócio-econômica, e 3. um sistema para análise e acompanhamento dos projetos financiados.

B) Equipe Técnica - A CODEPAR criou uma Assessoria de Planejamento para acompanhar a evolução da economia do Estado, indicando prioridades de aplicação para os

recursos do FDE. Foi tão importante este trabalho que em 1963 apoiou e coordenou a elaboração do Plano de Governo, primeira visão articulada do desenvolvimento do Estado. Ao final da década e meados dos anos 70, coincidiu a diminuição da importância dos recursos do FDE com a necessidade do Governo do Estado manter uma equipe de planejamento na própria estrutura do Executivo. Assim foi estruturada a Secretaria do Planejamento e o Setor Técnico existente na CODEPAR (já transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - BADEP, em 06.12.68), adaptou-se às necessidades do Banco. O próprio IPARDES - Fundação Edison Vieira, nasceu com o apoio técnico de profissionais do BADEP, em 1973.

C) Verbas de Estudos e Projetos - Na década de 60 foi realizado enorme esforço no sentido de se conhecer a realidade paranaense, da qual se tinha pouca informação técnica sistematizada. Inicialmente este trabalho foi desenvolvido através da contratação de consultorias especializadas, e, depois, com o treinamento e utilização de recursos humanos existentes em órgãos da administração, universidades ou profissionais liberais. Este enorme esforço não foi devidamente conhecido por sua própria natureza, porém alimentou toda a atividade da CODEPAR. Podemos citar os trabalhos mais importantes como:

1963 - pré-avaliação da estrutura sócio-econômica do Paraná, Programa Trienal de Investimentos, Reforma Tributária, pesquisas sobre fibras vegetais, pecuária e exploração florestal;

1964 - levantamento aerofotogramétrico de várias regiões, estudo do mercado paranaense de derivados de petróleo, que fundamentaria mais tarde a reivindicação de uma refinaria da PETROBRÁS para o Paraná (implantada hoje na região metropolitana), e de um polo petroquímico, plano estadual de transportes, "projetos tipo" para usinas de açúcar, indústrias de papel, rami e etc.

1965 - levantamento plani-altimétrico do Estado e mapeamento geológico; inventário dos recursos florestais e do carvão; recuperação de áreas cafeeiras; reformulação da economia ervateira, etc.

1966 - Plano Preliminar Diretor de Curitiba; diagnóstico da cidade de Londrina, primeira fase de seu plano diretor, etc.

1967 - planos diretores de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Apucarana, Paranguá, Foz do Iguaçu; estudos de solos, climas e hidrológicos; estudo sobre a área de influência da Estrada de Ferro Central do Paraná, etc.

1968 - continuidade de estudos de mapeamento geológico, mapeamento plani-altimétrico, estudos de clima e recursos renováveis.

A conjugação de esforços técnicos de profissionais liberais, instituições de pesquisas e universidades, integrou alguns grupos de trabalho que se consolidaram com a criação de algumas instituições, como por exemplo a MINEROPAR, criada a partir da Comissão da Carta Geológica do Paraná; a CELEPAR, pela compra e implantação pioneira de equipamento de informática, o IP-PUC, após a elaboração do Plano Preliminar Diretor de Curitiba, com a efetivação do grupo de acompanhamento criado por exigência da CODEPAR.

2 - SECRETARIA TÉCNICA:

A deliberação da Comissão Paritária sobre a destinação dos recursos do fundo pressupõe o conhecimento das condições do Estado em seus diversos setores, uma elaboração "inteligente" das prioridades em face das perspectivas e plano de desenvolvimento, uma articulação permanente com os diversos setores e aspirações da sociedade paranaense. Este apoio técnico permanente dará melhores condições de trabalho e de liberação da Comissão.

O Departamento Técnico deverá ter as seguintes características:

- ser estritamente técnico;
- ser multidisciplinar e orientado para o conhecimento de toda a realidade paranaense em seus aspectos físico, social e econômico;
- ter caráter permanente para garantir continuidade aos trabalhos e aproveitamento da experiência acumulada.

3 - VERBAS DE ESTUDOS E PROJETOS:

A evolução da economia paranaense e a complexidade crescente das relações sociais e econômicas, exigem e justificam a necessidade do conhecimento sistemático do Estado e a preparação de programas, projetos, modelos prospectivos que venham trazer soluções e criar condições para a consolidação de uma sociedade moderna, ecológica e integrada na comunidade das nações.

A atividade de pré-investimento em programas, projetos de viabilidade e etc., torna-se fundamental para obtenção de recursos a nível nacional e internacional, tanto para o setor público quanto para o privado.

Apesar de sua importância, não existe muita disponibilidade de recursos, a nível nacional, para tal atividade. O Estado utiliza recursos orçamentários para os de interesse da estrutura administrativa, e o BADEP apoiava também os do setor privado.

O Governo Federal tem uma importante fonte de recursos na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, que além de não dispor de valores expressivos para esta linha, historicamente vem aplicando quantias insignificantes no Estado do Paraná.

Curitiba, quarta, em 22.05.91

A Comissão Paritária caberá, mediante subsídios do Departamento Técnico, definir as prioridades e condições de aplicação da "verba de estudos e projetos".

Assim, a existência de recursos deverá ser importante fator de incremento e alavancagem de investimentos a nível nacional e internacional, para os programas e projetos de interesse da sociedade paranaense.

4 - CONCLUSÃO:

Vê-se, pois, que as emendas aditivas e modificativas que ora apresentamos tem duplo objetivo:

1. obter a criação de um Departamento Técnico Permanente - DTP, subsidiando as deliberações da Comissão Paritária;
2. a destinação de três por cento (3%) do fundo, para ser aplicado em estudos e projetos.

É A JUSTIFICATIVA.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

Acrescente-se onde couber:

"Art. - Fica destinado 05% (cinco por cento) da arrecadação para o Esporte Amador".

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) HEINZ HERWIG

Apoiamento: Renato Adur, Duílio Genari, Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, João Iensen, Rossoni, Orlando Pessuti, Eurides Moura, Nilton Barbosa, Cleiton Kielse, Domingos Carvalho, Toti Colaço, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Dobrandino Silva e Severino Félix.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 05

Acrescente-se onde couber:

"Art. - Seja destinado 5% aos municípios de fronteiras com outros países, num raio de 100 Km, ficando excluídos os municípios já beneficiados por Lei Federal".

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento: Cleiton Kielse, Antônio Annibelli, João Arruda, Arlindo Troian, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia e Albino Corazza.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

Art. 1° - Parágrafo Único - Ficam destinados 5% (cinco por cento) da parcela de distribuição dos "Royalties" ao esporte amador do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento: João Arruda, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse, Albino Corazza, Arlindo Troian, Paulo Maia e Antônio Anni-

belli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por finalidade, dar apoio e incentivo ao esporte amador, desestimulado em nosso Estado, em decorrência da falta de recursos a serem destinados para sua evolução, para formação de futuros profissionais.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 07

Acrescenta-se ao Projeto de Lei Complementar n° 77/91, em seu artigo 2°, o seguinte parágrafo:

"Art. 2° - ...

§ 1° - Do volume de recursos previstos no artigo 1° desta Lei, serão destinados 3% (três por cento) aos municípios de Icaraíma, Umuarama, São Jorge do Patrocínio e Altônia."

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães

Cezar Silvestri

Costenaro Neto

Duílio Genari

Mário Bezerra

Élio Rusch

Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu art. 20, § 1°, assegura aos municípios que sofreram com os efeitos da formação das Usinas Hidrelétricas, uma participação nos resultados dessa exploração, ou até mesmo uma compensação financeira para amenizar os efeitos maléficos à natureza e à economia do município e/ou do Estado.

O Projeto de Lei do nobre Deputado Caíto Quintana, procura regulamentar e disciplinar a aplicação desses recursos oriundos da construção da Usina de Itaipu, no Estado.

A proposta da criação de um Conselho ou uma Comissão pela Lei Estadual, visando gerenciar esses recursos, oportunizará a correta distinção entre os municípios que realmente foram afetados pela construção da barragem. Uma dessas áreas afetadas de forma bastante significativa, é o extremo noroeste do Estado do Paraná, compreendendo os municípios de Icaraíma, Umuarama, São Jorge do Patrocínio e Altônia.

Isto porque, devido a formação da barragem, o Rio Paraná, na sua extensão em que banha as divisas desses municípios, apresenta ocorrências como o chamado "assoreamento", o qual compromete a fertilidade do solo e reduz a extensão geográfica destes municípios.

Há fenômenos como as enchentes, entre outros, a cada variação climática e a cada operação técnica nas Usinas de Itaipu e de Rosana. Também se sabe que a formação do lago na divisa internacional, gerou uma sensível redução na velocidade de vazão do

Rio Paraná, acarretando em alguns trechos, até sua obstrução, por depósito de areia, alterando o curso normal das águas pluviais.

Esses bancos de areia têm prejudicado sensivelmente a utilização dessas áreas para o cultivo da agricultura local, dificultando a navegabilidade e a prática da piscicultura, meio de vida de famílias de ilhéus.

Os efeitos negativos na ecologia e na economia destes municípios, é deveras sentido, e através desta Emenda, procuramos recompensar em parte esses prejuízos, utilizando os recursos requeridos na forma de beneficiar diretamente os pequenos agricultores e os moradores ribeirinhas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

Acrescente-se ao artigo 5° os seguintes parágrafos:

"Art. 3° - ...

§ ... - No mínimo 11% (onze por cento) destes recursos serão aplicados exclusivamente na área da educação, sendo 10% (dez por cento) destinado a reforma, ampliação, construção e/ou adequação de estabelecimentos de ensino e 1% (hum por cento) destinado a educação especial.

§ ... - Para dar cumprimento ao disposto no parágrafo acima, a Secretaria de Estado da Educação, encaminhará, anualmente, à Comissão, relação dos estabelecimentos de ensino a serem atendidos pelo programa, fixando as prioridades de acordo com as necessidades reais."

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Cleiton Kielse

José Afonso Júnior

Dirceu Manfrinato

Albino Corazza

JUSTIFICATIVA:

O plano de emenda em tela, objetiva garantir ao segmento educacional uma parcela de recursos para as melhorias do aparelhamento das comodidades escolares, bem assim, dotar a educação especial de recursos específicos que possibilitem a ampliação do quadro de atendimentos a essa área.

Por oportuno, deve-se consignar que as carências atuais se elevam a mais de 3 (três) mil salas de aula, o que em parte contribui para que detenhamos a situação de primeiro em número de analfabetos, dos Estados do Sul do Brasil.

Urgem, pois, as providências saneadoras. A situação demanda sensibilidade e demanda recursos que o Estado, porquanto se observa, não tem como dispor do volume de sua arrecadação tributária.

O projeto retorna às Comissões competentes.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 034/91, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL e OUTROS, que estabelece critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto à rede estadual de ensino, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 034/91

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

Inclui-se mais um artigo no Projeto de Lei n° 34/91, nos seguintes termos:

"Art. 3° - Aos municípios que concedem outros benefícios, como cesta básica, vale-transporte, vale-refeição, a Secretaria de Estado da Educação repassará, através do Termo de Cooperação, recursos para que sejam estendidos aos seus conveniados."

Sala das Sessões, em 22.05.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoio: Nelson Justus
Valdir Rossoni
Algaci Túlio
Plauto Miró Guimarães
Mário Bezerra
Colombino Grassano

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta, pretende eliminar a disparidade de tratamento entre servidores dos quadros gerais das prefeituras, e os oriundos de convênios, tendo em vista receberem os primeiros benefícios não previstos pelo termo de cooperação.

Queremos crer que todas as medidas que visem eliminar disparidades, principalmente entre servidores de baixa renda, por si só se justificam e merecem o integral apoio, não só dos Parlamentares com assento nesta Casa, como do Senhor Governador do Estado.

O projeto retorna à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1163, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1164, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1169, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de n° 1146, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1147, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1151, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1152, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1148, 1149, 1150, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1154, 1155, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1165, 1166, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1171, de autoria do Senhor Deputado Nilton Cesar Servo, com apoio dos Senhores Deputados Cleiton Kielse, Orlando Pessuti, Hermas Brandão e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa marcará, oportunamente, a Sessão Extraordinária.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Na galeria tem um jovem no banco, que está aqui desacatando o Deputado Tavares, está faltando com o respeito.

Gostaria que a Segurança retirasse este trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai determinar ao Serviço de Segurança que proceda a retirada das pessoas que estão nas galerias, que estão faltando com o respeito na Assembléia. Determino isso com urgência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 147/91;

e dos Projetos de Lei n°s 66/91, 55/91 e

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MAIO DE 1991.

"CHAPA INTEGRAÇÃO

Biênio 1991/1993

CONSELHO ESTADUAL

Presidente: Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva
Vice-Presidente: Dr. Olivir Gabardo

CONSELHEIROS

Deputado Duílio Genari
Deputado Élio Lino Rusch
Deputado Alceu Antônio Swarowski
Deputado Geraldo Cartário Ribeiro
Dr. Jorge Miguel Samek
Dr. Jorge Bernardi
Dr. Moisés Paciornik
Dr. Affonso Portugal Guimarães
Dr. Miguel Abran Elias
Dr. Clóvis Manoel Pena
Dr. Alípio Leal Neto
Dr. Miguel Zattar
Professor Cássio Weidner Pontoni

DIRETORIA ESTADUAL

Presidente: Dr. Nelson Luiz Silva Fanaya
1º Vice-Presidente: Dr. Gilberto Rezende de Carvalho
2º Vice-Presidente: Dr. Alberto Garcez Duarte Filho
Secretário: Dr. Aldo Medeiros

CONSELHO DE DIRETORES

Diretor: Dr. Osman de Santa Cruz Arruda
Diretor: Dr. Aryon Souza Lobo
Diretor: Dr. Glauco Souza Lobo
Diretor: Prof. Hudson Martins de Oliveira
Diretor: Dr. João Michael Junkert

CONSELHO FISCAL

Presidente: Cel. Messias Pontoni
Conselheiro: Dr. Orestes Gomes da Silva
Conselheiro: Dr. Herculano Martins Franco

Curitiba, Paraná, 22 de maio de 1991."

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Domingos de Carvalho, mais as presenças dos seguintes Senhores Deputados: Emília Belinati, Cleiton Kielse e Nilton Cesar, membros titulares desta Comissão, e do Senhor Deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, tendo em vista a situação precária em que se encontram os Hospitais Cajuru e Evangélico de Curitiba, com déficit de aproximadamente vinte milhões de cruzeiros. O Senhor Deputado Geraldo Cartário pede a palavra e sugere que seja formada uma Comissão Parlamentar para expor a situação dos referidos Hospitais ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Nizan Pereira Almeida. Tal Comissão será formada por todos os membros titulares da Comissão de Saúde Pública deste Poder, os membros da Comissão Mista de Parlamentares que visitaram os referidos Hospitais, bem como seus respectivos Diretores. O Senhor Presidente coloca em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Hilda Maria Cesar de Oliveira, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado DOMINGOS DE CARVALHO
Presidente

Hilda Maria Cesar de Oliveira
Secretária

Membros:

Deputado CLEITON KIELSE
Deputada EMÍLIA BELINATI

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Aos oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski, para debater com os Magníficos Reitores das Universidades Estaduais, os Deputados presentes e a comunidade paranaense, os problemas que afligem o ensino de 3º grau. O presente Fórum, foi coordenado através desta Comissão, e principalmente pela dedicação e empenho da Deputada Emília Belinati. Presentes ao Fórum, os seguintes Deputados: Algaci Túlio, Emília Belinati, Antônio Toti Colaço, Colombino Grassano, Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha), Ernani Pudell, Ovídio José Constantino, Orlando Pessuti, Dobrandino Gustavo da Silva, Paulo Maia, João Preis, Severino

Félix, Plauto Miró, Albino Corazza, Cleiton Kielse. Compareceram ao Fórum os Magníficos Reitores das Universidades Estaduais do Paraná, Doutor João Carlos Thompson, Reitor da Universidade Estadual de Londrina; Doutor João Carlos Gomes, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutor José Kuyawa, Reitor da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE; e o Doutor Décio Sperandi, da Universidade Estadual de Maringá. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alceu Swarowski, agradecendo a presença de todos os presentes, passou a palavra ao Magnífico Reitor da Universidade de Londrina, Doutor João

Curitiba, quarta, em 22.05.91

Carlos Thompson, posteriormente aos demais Reitores citados. Após, abriu-se o debate aos Deputados presentes e aos participantes do Fórum, conforme notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante desta. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Deputados presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado ALCEU SWAROWSKI

Presidente

Alan Marcos Andrade

Secretário